

SARNEY E ULYSSES

O presidente da República não quer pressa nas votações da

Anc X

Lítica
CONSTITUINTE

JORNAL DA TARDE — 7

BRIGAM DE NOVO

nova Carta, o presidente da Constituinte quer exatamente o contrário.

Diante de mais um dia sem quórum ontem e dos insistentes apelos do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para que sejam feitos logo os acordos e para a presença dos parlamentares em Brasília, o governo demonstrou claramente não ter nenhuma pressa na conclusão do segundo turno. O presidente José Sarney reuniu os líderes governistas pela manhã no Palácio da Alvorada para recomendar "parcimônia" no trabalho de fusão de emendas, que visam acelerar os trabalhos.

Segundo o relato do líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, o presidente Sarney entende que o País aguarda com expectativa uma nova Carta que represente uma decisão madura dos constituintes: "Cada assunto tem que ser bem discutido, não pode ser assim de cambulhada", contou o senador.

O deputado Ulysses Guimarães, falando para um plenário esvaziado, com 220 parlamentares (o mínimo é de 280 para poder haver sessão), insistiu na necessidade dos acordos e marcou até sessões no fim de semana de 26 e 27 próximos. O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, expressando a posição da reunião que tivera de manhã com Sarney, classificou



Ricardo Chaves/AE

Lourenço, atacando Ulysses.

a convocação dos constituintes para o final de semana como "demagogia". Disse que a bancada de 124 parlamentares do seu partido não será mobilizada e atacou o presidente da Constituinte: "Eu quero uma Constituição boa para o País e o doutor Ulysses quer uma Constituição boa para as eleições".

Na reunião de ontem de manhã, no Palácio da Alvorada, as lideranças disseram ao presidente José Sarney que ficou impossí-

vel saber com antecedência o que será votado em cada sessão. O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), informou que tem insistido com Ulysses para se saber com alguma antecedência o que ocorrerá nas sessões. "Ele faz um jogo de empurra-empurra com o relator Bernardo Cabral e acabamos sabendo das coisas no calor das votações", explicou Sant'Anna.

Segundo o senador Marcondes Gadelha, a pressa em concluir o texto constitucional está provocando o surgimento de "megamendas", que chegam a confundir os constituintes na hora de votar. Gadelha e Lourenço disseram ainda que o Planalto não está envolvido num plano para retardar a promulgação da nova Constituição, mas que a pressa com que tem sido realizadas as fusões e votações está produzindo um texto "ruim" e "contraditório". "Por mim, a Constituição pode sair logo ou no ano que vem, desde que todos sejam informados do que estão votando", disse Lourenço.

O deputado Ulysses Guimarães informou que faltam votar 665 destaques e que, se houver uma média de 30 votações por dia, "é tecnicamente possível acabar a votação do segundo turno até início de setembro".

A greve é para todos. Ou não?

Este é um dos pontos a serem votados hoje. E não há acordo.

A Constituinte reinicia hoje à tarde a votação em segundo turno do anteprojeto constitucional devendo voltar em primeiro lugar o direito de greve, sobre o qual não existe acordo. A decisão será no voto, com possibilidade de manutenção do texto aprovado em primeiro turno, que garante amplo direito de greve, dispondo ainda que a lei definirá os serviços ou atividades essenciais, bem como sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

O PT permanece irredutível sobre o assunto e não concordou com a restrição do direito, pela inclusão de expressões que limitariam a greve a cada categoria, para defesa do seu interesse coletivo. Caso fosse aprovada a fórmula proposta pelo Centrão, não seriam possíveis as greves de solidariedade ou políticas.

É o seguinte o texto aprovado em primeiro turno: "É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses que devam por meio dele defender". O Centrão quer incluir a palavra "seus" antes da palavra "interesses", que seria seguida pela expressão "coletivos", suprimindo o resto da frase.

Para alterar a redação, pela inclusão de termos novos, no entanto, é preciso que todos os líderes partidários estejam de acordo. Como o PT se recusa a aceitar a modificação, esse dispositivo será submetido à votação sem acordo, mas é possível que permaneça inalterado. Nas últimas votações, o Centrão demonstrou não conseguir reunir número para aprovar qualquer iniciativa sem apoio de outros partidos.

O PT também não está de acordo com relação à supressão da estabilidade para o representante sindical, aprovada em primeiro turno. O deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos líderes do Centrão, apresentou

emenda que suprime o benefício para o representante, mantendo-a apenas com relação ao dirigente sindical. No entanto, como não se trata da inclusão de matéria nova, o PT não pode impedir a votação, mas apenas marcar posição, ficando contra a emenda de Luiz Roberto Ponte.

Ainda no capítulo dos direitos sociais falta definir se a unicidade sindical será ou não estendida às centrais sindicais. Pelo texto aprovado em primeiro turno, a unicidade atinge apenas os sindicatos. Essas são as três únicas questões pendentes no capítulo dos direitos sociais.

Encerrado o exame do tema, a Constituinte passará à votação dos capítulos da nacionalidade e dos direitos políticos. Já está decidido entre as lideranças partidárias, por exemplo, que a inelegibilidade do cônjuge e dos parentes por consangüinidade ou afinidade, até segundo grau, não se aplica às eleições municipais de 15 de novembro. Pelo menos dois parlamentares — os deputados Cássio Lima (PMDB-PB), candidato à prefeitura de Campina Grande, onde seu pai é prefeito, e Waldir Pugliesi (PMDB-PR), cuja mulher é candidata a prefeita de uma cidade do Paraná — seriam beneficiados pela medida.

Militares

Até a noite de ontem, as lideranças partidárias também não haviam ainda chegado a um acordo sobre a questão da elegibilidade do militar. O texto aprovado em primeiro turno dispõe que o militar alistável é elegível, mas se contar menos de dez anos de serviço deverá afastar-se espontaneamente da atividade. Se contar mais de dez anos, será agregado, isto é, continuará a receber seu soldo e, se eleito, irá para a reserva na data da sua diplomação.

As lideranças partidárias tendem a aceitar emenda do deputado Paulo Ramos (PMN-RJ),

que reduz de dez para cinco anos o prazo para agregação dos militares candidatos. Contudo, a fórmula não é aceita pelos ministros militares, cujos assessores passaram o dia na ante-sala das negociações, argumentando aos jornalistas não ser admissível que, depois de as Forças Armadas terem gasto com a formação de um militar, esse possa se agregar em curto período para disputar eleições.

Não existe também acordo sobre a questão da divisão territorial, constante do Título III. Os adversários da iniciativa querem ampliar o universo da consulta plebiscitária que, pelo texto aprovado em primeiro turno, deve limitar-se às populações diretamente interessadas. Mas foi firmado acordo sobre a criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios, devendo ser mantido o texto aprovado em primeiro turno.